ISSN: 2358-8829

A IMPLEMENTAÇÃO DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA COMO POLÍTICA PÚBLICA PERMANENTE: MEDIAÇÕES, TENSÕES E IMPLICAÇÕES NA GESTÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daniele do Nascimento Lourenço [1]

INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui uma dimensão fundamental do direito à educação, uma vez que amplia as possibilidades de participação social, de acesso aos conhecimentos e de continuidade dos percursos escolares. No contexto das políticas educacionais brasileiras, assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas exige ações articuladas entre os entes federativos, continuidade das políticas públicas, acompanhamento das aprendizagens e investimento na formação dos profissionais que atuam diretamente nas escolas. Nessa perspectiva, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) apresenta-se como uma política de colaboração voltada à garantia do direito à alfabetização, convocando redes de ensino e profissionais da educação a construir estratégias coerentes com as necessidades de seus contextos.

Instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e posteriormente disposto pela Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, o CNCA reforça a responsabilidade compartilhada pela alfabetização das crianças. Entretanto, a existência de orientações normativas e de objetivos nacionais não assegura, por si só, sua efetivação no cotidiano escolar. Entre a formulação da política e sua realização concreta, há processos de interpretação, negociação, planejamento e tomada de decisões, que dependem das condições institucionais e da participação dos sujeitos que integram as redes de ensino.

É nesse espaço de mediação que se situa o presente relato de experiência, construído a partir da atuação na articulação municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), no município de Araçagi, Paraíba. A experiência permite refletir sobre as relações entre a implementação do CNCA, a gestão educacional e a formação docente, considerando tanto as possibilidades de fortalecimento do trabalho pedagógico quanto as tensões que emergem quando diretrizes gerais precisam ser contextualizadas diante das demandas concretas das escolas.

[1] Acadêmica do curso de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB
danielelourenco960@gmail.com

ISSN: 2358-8829

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir da experiência profissional, as mediações realizadas no processo de implementação das ações do CNCA na rede municipal de ensino, com atenção à formação continuada, ao acompanhamento pedagógico e ao uso de indicadores educacionais. Busca-se, ainda, discutir de que maneira a articulação entre gestão, currículo, avaliação e prática docente pode contribuir para uma alfabetização comprometida com a equidade e com a aprendizagem significativa.

A reflexão está organizada a partir dos registros e das aprendizagens produzidas no exercício da função, sem pretensão de generalizar os resultados para outras redes, mas com o propósito de compartilhar questões relevantes para o debate sobre políticas públicas de alfabetização.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa, elaborado a partir da vivência profissional na implementação das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada na rede municipal de ensino de Araçagi, Paraíba. A escolha por essa modalidade decorre da intenção de sistematizar práticas, processos e reflexões produzidos no cotidiano da atuação profissional, tomando a experiência como ponto de partida para uma análise crítica das relações entre política pública, gestão pedagógica e formação docente.

O percurso de elaboração considerou registros e reflexões relacionados aos processos de formação continuada, às reuniões de alinhamento e planejamento, ao acompanhamento pedagógico nas unidades escolares, à análise de indicadores educacionais e à utilização da Plataforma CNCA. Também foram considerados os diálogos estabelecidos entre a articulação municipal, a gestão educacional, as coordenações pedagógicas, os professores e os demais profissionais envolvidos nas ações de alfabetização. Esses elementos foram examinados de maneira articulada, buscando identificar potencialidades, desafios e movimentos de apropriação da política pelos sujeitos da rede.

A análise foi organizada em três eixos interpretativos: as mediações entre as orientações nacionais e as realidades locais; as contribuições da formação continuada e do acompanhamento pedagógico para o planejamento; e as tensões relacionadas ao uso de indicadores, aos prazos institucionais e às especificidades dos contextos escolares. Trata-se de uma leitura situada, vinculada ao contexto de atuação descrito, e não de uma avaliação de impacto ou de uma investigação destinada a estabelecer relações causais. Por essa razão, as reflexões apresentadas devem ser compreendidas como aprendizagens construídas a partir da experiência profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

A análise da experiência evidenciou, inicialmente, que a implementação do CNCA não se realiza de maneira automática a partir da adesão formal da rede ou da reprodução de orientações normativas. Sua concretização depende de processos contínuos de mediação, formação e acompanhamento. No cotidiano da articulação municipal, tornou-se necessário aproximar as orientações gerais das condições de trabalho das escolas, esclarecer encaminhamentos, promover alinhamentos e criar espaços para que os profissionais relacionassem as demandas da política às situações concretas de ensino e aprendizagem.

Um primeiro aspecto observado foi a importância do diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos. As reuniões de alinhamento e os momentos de planejamento contribuíram para organizar as ações, compartilhar orientações e fortalecer a corresponsabilidade pela alfabetização. A atuação articulada entre gestão educacional, coordenação pedagógica e professores favoreceu a compreensão de que os desafios da aprendizagem não podem ser atribuídos isoladamente ao trabalho individual docente. Eles precisam ser analisados considerando o planejamento, os recursos disponíveis, as condições institucionais, os processos formativos e o acompanhamento realizado pela rede.

Um segundo aspecto diz respeito à formação continuada como espaço de reflexão sobre a prática. A participação em processos formativos e a mobilização de discussões no âmbito municipal favoreceram a retomada de objetivos pedagógicos, a análise de estratégias de alfabetização e a reflexão sobre as necessidades das crianças. A formação mostrou-se mais significativa quando relacionada às questões que os profissionais identificavam em seu trabalho, permitindo que as orientações fossem discutidas e apropriadas em vez de simplesmente reproduzidas. Essa constatação reforça a relevância de processos formativos contextualizados, que articulem fundamentos, planejamento e análise das aprendizagens.

O acompanhamento pedagógico e a análise dos indicadores educacionais constituíram outro eixo relevante. A utilização das informações disponíveis na Plataforma CNCA e a discussão dos resultados contribuíram para ampliar a intencionalidade do planejamento e apoiar a identificação de aspectos que demandavam atenção. Os indicadores, quando examinados coletivamente e em diálogo com os registros pedagógicos, podem ajudar a orientar intervenções e a acompanhar o percurso das aprendizagens. Todavia, sua interpretação exige cuidado: um dado avaliativo oferece uma informação delimitada sobre determinado desempenho, mas não explica sozinho os processos que o produziram nem representa a totalidade do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, a experiência evidenciou a necessidade de evitar que a alfabetização seja associada exclusivamente ao alcance de resultados avaliativos. A avaliação tem maior potencial formativo quando contribui para compreender o que as crianças já sabem, quais conhecimentos precisam ser consolidados e que decisões pedagógicas podem favorecer avanços. Essa perspectiva demanda relacionar os resultados ao currículo, às práticas desenvolvidas e às oportunidades de aprendizagem

oferecidas. Em consonância com a BNCC (BRASIL, 2018) e com a discussão de Soares (2016), o trabalho de alfabetização requer intencionalidade e acompanhamento, sem perder de vista a complexidade dos processos de apropriação da língua escrita.

Ao mesmo tempo, foram percebidas tensões entre demandas padronizadas, prazos institucionais, instrumentos de acompanhamento e especificidades dos contextos escolares. As políticas nacionais precisam estabelecer referências comuns para orientar a ação pública, mas as redes e as escolas apresentam condições, ritmos e necessidades distintas. A tarefa da gestão local consiste, assim, em construir formas de responder às orientações sem desconsiderar essas diferenças. Quando os instrumentos são tratados como finalidade em si mesmos, corre-se o risco de privilegiar o registro burocrático em detrimento da reflexão pedagógica. Por outro lado, quando são utilizados como apoio ao diálogo e à tomada de decisão, podem fortalecer a organização do trabalho coletivo.

A atuação da articuladora municipal da Renalfa revelou-se estratégica justamente por se situar nessa relação entre orientação e contexto. Sua função envolveu mobilizar os profissionais, favorecer a circulação de informações, apoiar os processos de alinhamento e contribuir para a construção de espaços de reflexão sobre o fazer docente. Essa atuação não substitui as responsabilidades da gestão escolar ou dos professores, mas pode fortalecer a articulação entre os diferentes níveis de trabalho e favorecer uma compreensão compartilhada dos objetivos da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada na rede municipal de ensino de Araçagi permitiu refletir sobre os desafios de transformar uma política pública nacional em práticas contextualizadas. A análise demonstra que a institucionalização da política pública representa um passo importante, mas sua efetivação depende de ações articuladas que assegurem condições concretas para a garantia do direito à alfabetização. É preciso fortalecer as condições institucionais, manter processos sistemáticos de acompanhamento e investir em formação docente crítica, vinculada às necessidades concretas das escolas e das crianças.

Entre as principais aprendizagens, destacam-se a relevância do diálogo entre gestão e profissionais da educação, a contribuição da formação continuada para a reflexão sobre a prática e a importância de interpretar os indicadores em articulação com o currículo e com o acompanhamento pedagógico. Também se evidenciou que as tensões entre orientações padronizadas e especificidades locais não devem ser ignoradas. Elas precisam ser reconhecidas e discutidas para que as decisões da rede sejam coerentes com os objetivos da política e com as condições reais de implementação.

A atuação da articuladora municipal da Renalfa mostrou-se importante para aproximar diretrizes e cotidiano escolar, mobilizando sujeitos e favorecendo processos

de apropriação da política. Essa função, contudo, integra um esforço coletivo e depende da colaboração entre gestão educacional, equipes escolares, coordenações pedagógicas e professores. O fortalecimento do regime de colaboração pode ampliar a capacidade das redes de organizar respostas compartilhadas, desde que acompanhado de condições de trabalho, planejamento e continuidade.

Palavras-chave: Alfabetização; Política pública; Formação docente; Gestão educacional; Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: MEC, 2023.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.